

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

IARA MOURA STEFANI SOUZA

**RIO DE JANEIRO, SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX:
O MUNDO DE *DOM CASMURRO***

Porto Alegre

2019

Iara Moura Stefani Souza

**RIO DE JANEIRO, SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX:
O MUNDO DE *DOM CASMURRO***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para a obtenção do título de Bacharel em História pelo Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli

Porto Alegre

2019

Iara Moura Stefani Souza

**RIO DE JANEIRO, SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX:
O MUNDO DE *DOM CASMURRO***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para a obtenção do título de Bacharel em História pelo Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli

Prof. Dr. Adolar Koch

Me. Rafael Belló Klein

Porto Alegre

2019

Dedico esta monografia ao meu marido e ao meu filho, Rudson Luiz de Souza e Rudson Luiz Stefani de Souza.

AGRADECIMENTOS

Primeiro, agradeço à minha família, em especial ao meu marido e ao meu filho, Rudson Luiz de Souza e Rudson Luiz Stefani de Souza, que apoiaram meu desejo de cursar História e estiveram junto a mim nesta caminhada.

Agradeço aos professores e professoras do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com os quais tive a oportunidade de engrandecer e aprofundar conhecimentos acadêmicos, políticos e pessoais, sobretudo ao meu dedicado orientador professor Cesar Augusto Barcellos Guazzelli, pela inspiração e aprendizado. Também gostaria de agradecer, em especial, às professoras e professores que tanto me marcaram: Adolar Koch, Carla Brandalise, Carla Simone Rodeghero, Enrique Serra Padrós, Mara Cristina de Matos Rodrigues, Mathias Seibel Luce, Regina Célia Lima Xavier e Regina Weber.

Por fim, agradeço aos amigos que fizeram dessa caminhada mais branda e prazerosa, Caio de Souza Tedesco, Loiret Chiappa Ibarгойen e Brízida Godoy Machado.

RESUMO

Esta monografia vai mostrar alguns aspectos do Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX, utilizando como fonte secundária a obra *Dom Casmurro*, de Machado de Assis. Os temas abordados são: escravos de ganho e de aluguel; Lei do Ventre Livre; agregados; Medicina Homeopática no tratamento dos escravos e pobres livres; a Guerra do Paraguai.

Palavras-chave: *Dom Casmurro*; Machado de Assis; Escravidão; Guerra do Paraguai; História e Literatura;

ABSTRACT

This monography will evince some aspects of Rio de Janeiro in the second half of the nineteenth century, using as secondary source the literary work *Dom Casmurro*, written by Machado de Assis. The topics covered are: gain and rent slaves; Free Venter Law; aggregates; homeopathic medicine in the treatment of slaves and free poor people; the War of Paraguay.

Keywords: *Dom Casmurro*; Machado de Assis; Slavery; War of Paraguay; History and Literature;

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. MACHADO DE ASSIS – <i>Dom Casmurro</i>	12
2. ESCRAVOS DE GANHO E DE ALUGUEL	15
3. MORTE E DERROTA: A LEI DO VENTRE LIVRE	24
4. AGREGADOS, DEPENDENTES E SUBORDINADOS	27
5. HOMEOPATIA - ASSISTÊNCIA MÉDICA AOS ESCRAVOS DO RIO DE JANEIRO	30
6. A GUERRA DA CRIMEIA- GUERRA DO PARAGUAI	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS	44

INTRODUÇÃO

Contextualizando cronologicamente o tema, salientamos alguns fatos ocorridos a partir de 1831 - Início do período da Regência; 1839 - A 21 de junho nasce Joaquim Maria Machado de Assis, no morro do Livramento, Rio de Janeiro; 1844 - Publicação de *A Moreninha*, de Joaquim Manuel de Macedo, marca da ficção romântica brasileira; 1848 - Marx e Engels divulgam o *Manifesto Comunista*; 1855 - Estreia de Machado de Assis com a publicação do poema “Ela” na *Marmota Fluminense*; 1856 - Como tipógrafo, primeiro na Imprensa Nacional, depois na tipografia de Paula Brito, Machado inicia seus contatos com intelectuais, cujas rodas passa a frequentar; 1857 - Gustave Flaubert publica na França *Madame Bovary*, obra que propõe uma literatura anti-romântica, de denúncia dos valores burgueses; 1858 - Machado começa a colaborar assiduamente em jornais e revistas cariocas, onde publica contos, crônicas e crítica teatral; 1865 - Início da Guerra do Paraguai, que se prolonga até 1870; 1867 - Émile Zola publica na França o romance *Thérèse Raquin*, obra que propõe uma literatura que vai além da realista, sublinhando a degradação do mundo burguês e inaugurando o Naturalismo. Machado de Assis ingressa no funcionalismo público, onde ocupará funções cada vez mais importantes, chegando a diretor-geral da Viação, em 1892; 1869 - Casamento de Machado com Carolina Augusta Xavier de Novais; 1871 - Lei do Ventre Livre. Em Portugal, vários intelectuais organizam uma série de conferências, onde se divulgam e debatem ideias revolucionárias, anti-burguesas e anti-românticas; 1878 - Em jornais cariocas, trava-se a Batalha do Parnaso, polêmica em versos onde se ataca a poesia romântica e se propõe uma poesia nova, realista; 1881 - Machado publica *Memórias Póstumas de Brás Cubas* e Aluísio Azevedo *O Mulato*, marcos do Realismo na literatura brasileira. A partir deste ano, Machado colabora assiduamente na *Gazeta de Notícias*; 1885 - Lei dos Sexagenários; 1888 - Lei Áurea. Por decreto imperial, Machado é condecorado oficial da Ordem da Rosa. Olavo Bilac publica seu primeiro livro, *Poesias*; 1889 - Proclamação da república. Entre este ano e 1890 ocorre o Encilhamento, período de vertiginosa inflação e especulação que acompanhou o desempenho de Rui Barbosa no Ministério da Fazenda; 1897 - Machado de Assis é aclamado presidente perpétuo da recém-fundada Academia Brasileira de Letras; 1904 - Morte de Carolina, esposa do escritor; 1908 - Machado publica seu último romance, *Memorial de Aires*, e morre rodeado de amigos e da admiração nacional (LAJOLO, 1990):

Segundo Antônio Cândido (1995), temos uma tendência de atribuir aos grandes escritores uma quota pesada de sofrimento e de drama, pois a vida normal parece incompatível com o gênio. Cândido cita alguns grandes como Dickens, Dostoiévski, Proust, todos sofridos, humilhados, doentes. O autor diz que por isso os críticos que estudaram Machado de Assis, nunca deixaram de inventar causas eventuais de tormento social e individual: cor escura, origem humilde, carreira difícil, humilhações, doença nervosa. Cândido discorda dos que assim pensam. Segundo ele, mestiços de origem humilde foram alguns homens representativos no nosso Império Liberal. Homens que mesmo sendo mestiços e pobres, acabaram recebendo títulos de nobreza e sendo até responsáveis por ministérios. Cândido diz que a cor não foi motivo de desprestígio para Machado, que foi tipógrafo, jornalista, funcionário público modesto e, depois, de alta posição. A cor só teria servido de contratempo quando casou com uma senhora portuguesa. Sua condição social nunca o impediu de ser amigo, desde jovem, dos filhos do Conselheiro Nabuco, Sizenando e Joaquim, que pertenciam à alta sociedade. Aos cinquenta anos era considerado o maior escritor do país, reverenciado e admirado como nenhum outro autor brasileiro. Foi mentor e presidente da Academia Brasileira de Letras, posto que ocupou até morrer. O êxito que suas obras alcançam ainda hoje no exterior, mostra sua capacidade de sobreviver, de se adaptar ao espírito do tempo.

Antônio Cândido cita Roger Bastide, sociólogo e antropólogo francês, que contrariando aqueles que afirmavam que Machado não sentiu a natureza do seu país, mostrou que ele a percebia com profundidade e constância, e incorpora-a à narrativa. Bastide dizia aos seus alunos na Universidade de São Paulo que *o mais brasileiro não era Euclides da Cunha – ornamental, para inglês ver, mas Machado de Assis, que dava universalidade ao seu país pela exploração, em nosso contexto, dos temas essenciais* (CANDIDO, 1995, p. 5).

Sidney Chalhoub (2007) diz que *ao contar suas histórias, Machado de Assis escreveu e reescreveu a história do Brasil no século XIX* (CHALHOUB, 2007, p. 17).

Mario Vargas Llosa (2002), na introdução de *La Verdad de Las Mentiras*, fala da importância da literatura na formação de mentes. Os países hispano-americanos só tinham acesso a romances literários através do contrabando ou depois da independência. Isto porque *Si las novelas son ciertas o falsas importa a cierta gente tanto como que sean buenas o malas y muchos lectores, consciente o inconscientemente, hacen depender lo segundo de lo primero* (VARGAS LLOSA, 2002, p. 5).

Vargas Llosa enfatiza a diferença entre verdade histórica e verdade literária, a última pode estar repleta de mentiras, mas nem por isso deixa, muitas vezes, de contar fatos históricos, com a liberdade que tem para fazer uso da escrita.

La recomposición del pasado que opera la literatura es casi siempre falaz juzgada en términos de objetividad histórica. La verdad literaria es una y otra la verdad histórica. Pero, aunque esté repleta de mentiras — o, más bien, por ello mismo— la literatura cuenta la historia que la historia que escriben los historiadores no sabe ni puede contar (VARGAS LLOSA, 2002, p. 8).

Vargas Llosa diz que seria ingenuidade esperar que a obra literária fosse tão objetiva e real quanto a história:

Sólo la literatura dispone de las técnicas y poderes para destilar ese delicado elixir de la vida: la verdad escondida en el corazón de las mentiras humanas. Porque en los engaños de la literatura no hay ningún engaño. No debería haberlo, por lo menos, salvo para los ingenuos que creen que la literatura debe ser objetivamente fiel a la vida y tan dependiente de la realidad como la historia. Y no hay engaño porque, cuando abrimos un libro de ficción, acomodamos nuestro ánimo para asistir a una representación en la que sabemos muy bien que nuestras lágrimas o nuestros bostezos dependerán exclusivamente de la buena o mala brujería del narrador para hacernos vivir como verdades sus mentiras y no de su capacidad para reproducir fidedignamente lo vivido. (VARGAS LLOSA, 2002, p. 8-9).

Cesar Augusto Barcellos Guazzelli (2014) escreve que *a literatura, diferentemente da história, não está preocupada em dar conta cientificamente do passado [...]. A literatura não está preocupada com uma verdade histórica, e os relatos literários devem ser apenas verossímeis* (GUAZZELLI, 2014, p. 179-180).

Segundo Guazzelli, *Chartier propõe uma leitura histórica da obra literária embasada nos fatos que construíram a obra: localização do lugar, do tempo e da sociedade, técnicas e formas de difusão e apropriação*. Guazzelli ainda cita Hunt, que diz: *as próprias representações do mundo social são componentes da realidade social* (GUAZZELLI, 2014, p. 180-181).

Usando *Dom Casmurro* como fonte secundária, o trabalho trata de temas como: escravo a ganho e de aluguel; Lei do Ventre Livre; agregados; homeopatia e Guerra do Paraguai.

Aqueles que possuíssem mais escravos do que o necessário, tanto para uso na agricultura como para uso doméstico, costumavam alugá-los a terceiros. O aluguel de

escravos fornecia a seus proprietários um rendimento, além de transferir a outro a manutenção do cativo.

Outra forma de trabalho escravo que se desenvolveu paralela ao sistema de aluguel, foi o sistema de ganho. Os escravos de ganho alugavam seu tempo a interessados, e entregavam a seus donos, em períodos determinados, uma quantia previamente estipulada. Os negros de ganho dispunham de seu tempo como queriam, e trabalhavam de acordo com suas necessidades.

A Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, criou vias institucionais para obter alforria independentemente do consentimento senhorial. Ações eram impetradas na justiça pelo escravo, a fim de conquistar ou manter sua liberdade. A aprovação dessa lei submeteu o poder privado dos senhores ao domínio da Lei, abalou a ideologia paternalista que garantira o controle social da escravidão por séculos.

Os agregados, dependentes e subordinados têm seu grau de subordinação explicitados. As políticas de dominação vigentes no século XIX, vistas como paternalistas. Os agregados como dependentes que se esmeram em agradar e não contrariar aqueles que lhes mantêm, mas isso não significa que sejam passivos, ao contrário, tinham formas ambíguas, disfarçadas de alcançar seus objetivos.

A homeopatia como forma de prolongar a vida útil dos escravos. O uso da homeopatia, na época, não exigia de quem a aplicasse a formação em uma escola de medicina, isto tornava o tratamento mais barato.

A prática homeopática assemelhava-se a medicina popular, tanto a europeia como a popular. Por isso, foi mais facilmente aceita pelos brasileiros em geral, entre eles os escravos, que tinham uma visão mais espiritualizada da doença e da saúde.

A Guerra do Paraguai, o extermínio da população paraguaia. Os efeitos da guerra nos vencedores e nos vencidos.

Opiniões sobre a participação da Inglaterra no conflito, se os britânicos participaram apenas como fornecedores comerciais e financeiros, ou teria qualquer interesse político na derrota do Paraguai.

1. MACHADO DE ASSIS – *Dom Casmurro*

Bento Santiago, apelidado de Dom Casmurro que, segundo o autor, significa calado e metido consigo, encontra-se só na velhice e resolve escrever sobre sua infância e juventude. Como ele disse, o objetivo era atar as duas pontas da vida, e restaurar na velhice a adolescência.

O autor começa a narrar a história a partir do ano de 1857, data em que tinha quinze anos de idade, e morava na Rua de Matacavalos no Rio de Janeiro. Bentinho pertencia a uma família abastada de Itaguaí, RJ, Zona Rural. Quando o pai dele, Pedro de Albuquerque Santiago, foi eleito deputado, a família veio para o Rio de Janeiro. Além do pai e da mãe, Dona Maria da Glória Fernandes Santiago, do filho Bento com dois anos de idade na época, acompanhou a família o agregado José Dias, prático homeopata. Depois de dois anos, morre o pai de Bento, deixando o menino com quatro anos e a mãe com trinta e um. D. Glória decide ficar na cidade, no último lugar em que morou com o falecido marido. Desfez-se da fazenda em Itaguaí e dos escravos, comprou alguns que pôs ao ganho ou alugou, comprou prédios e apólices e, assim, organiza sua vida no meio urbano. Moram também com a família Tio Cosme, irmão de Dona Glória, e prima Justina, todos viúvos.

Bento é amigo de Capitu, sua vizinha desde que eram crianças, a moça tem quatorze anos. Capitu é filha de João Pádua e Dona Fortunata, Pádua é funcionário público. As famílias se dão porque Bentinho e Capitu brincam juntos desde pequenos, mas são de posição econômica e social inferior aos Santiago.

Por volta de treze para os quatorze anos Bentinho conhece Manduca, uns dois anos mais velho que ele. Este era filho dos proprietários de uma humilde loja de louças, perto da rua em que Bento morava. Manduca padecia de uma enfermidade, a lepra, por isso, nunca saía fora de casa. Domingo a tarde o pai lhe vestia uma camisola escura e o colocava em uma cadeira nos fundos da loja, onde através de uma fresta este espiava para o mundo lá fora. Em uma dessas ocasiões Bento está na loja e comentam sobre a Guerra da Crimeia, assunto dos jornais. Logo Bento toma o partido da Rússia e Manduca o dos aliados. No terceiro domingo em que Bento entra na loja, Manduca sugere que trocassem as argumentações por escrito, assim nasce a improvável amizade entre eles. Trocam correspondência em que o assunto é a Guerra; dois anos após morre Manduca vitimado pela lepra.

A grande preocupação de Bento, nesta época enamorado de Capitu, é a promessa que sua mãe fez quando ainda estava grávida. Já tendo perdido outro filho, D. Glória prometeu que se este nascesse com saúde seria padre. A mãe vai protelando o cumprimento da promessa porque não quer separar-se do único filho, quem a lembra é o agregado, José Dias. A partir daí todos se envolvem para que Bentinho seja liberado da promessa, sem ofender a Igreja. De qualquer forma Bento vai para o Seminário, mesmo tendo jurado por todos os santos que não iria, afirmação que fazia para aplacar a ira de Capitu.

No seminário Bentinho faz amizade com Escobar, moço três anos mais velho que ele, ligado ao comércio. Escobar acha a solução para o problema, um substituto para ser ordenado no lugar de Bentinho. O pensamento lógico de Escobar racionalizou que a mãe havia prometido um sacerdote, não necessariamente teria que ser Bento. Um escravo teve os custos pagos e foi ordenado no lugar de Bento.

Bento sai do seminário e vai estudar Direito, cinco anos depois está formado. A amizade entre Bentinho e Escobar continua, este último está casado com Sansha, melhor amiga de Capitu, filha do Gurgel. Em 1865 Bento e Capitolina casam-se. São felizes, mas depois de dois anos de casados ainda não têm um filho. Sancha e Escobar têm uma menina.

Finalmente Capitu tem um filho, um menino a quem deram o nome de Ezequiel, afilhado de Dona Glória e Tio Cosme. A felicidade era completa na casa de Bento Santiago, o filho era adorado e cercado de cuidados. O menino é curioso com os fatos que o rodeiam; gosta de imitar as pessoas da família e os amigos.

Em março de 1871 Escobar morre afogado no mar. Durante seu velório, alguns elogiavam as qualidades de Escobar, sua competência nos negócios; outros discutiam o gabinete Rio Branco.¹

Durante o velório Bento observa Capitu que olhava fixamente para o cadáver. Bento descreve os olhos de Capitu como grandes e abertos, como a vaga do mar, olhos de ressaca. A partir deste momento começa o martírio de Bentinho, as dúvidas, a desconfiança. Morre Bentinho e nasce Dom Casmurro.

¹ José Maria da Silva Paranhos foi enviado para o Paraguai em 1869 para negociar o fim da Guerra do Paraguai. Seus esforços foram reconhecidos e Dom Pedro II lhe criou o título de Visconde do Rio Branco. Foi nomeado Presidente do Conselho de Ministros (07 de março de 1871 a 25 de junho de 1875). Seu governo foi uma época de prosperidade econômica e várias reformas necessárias, sendo a mais importante a Lei do Ventre Livre (BRASIL, 1872).

A partir de 1872, Bento começou a ver ou imaginar, cada vez mais semelhanças de gestos e físicas entre seu Filho Ezequiel e o falecido Escobar. Ficou cada vez mais calado e aborrecido, evitava o quanto podia o contato com Capitu e Ezequiel. O menino, por sugestão de Capitu, vai para uma escola em que só retorna aos fins de semana.

Depois de, primeiro pensar em se matar e, logo em seguida pensar em matar o filho, Bento diz a Capitu que o menino não é filho dele. Capitu nega, diz que ele não tem motivos para assim pensar e responsabiliza seu ciúme doentio pelas calúnias.

A solução encontrada por Bentinho foi embarcar para a Europa com a família, deixar Capitu e Ezequiel na Suíça e retornar ao Brasil sozinho. Troca algumas cartas com Capitu, as quais respondia brusco e seco. De ano em ano visitava a Europa, mas não procura a esposa e o filho, as viagens eram feitas com a intenção de dar uma satisfação à opinião pública.

Capitu morre e é enterrada na Suíça. Ezequiel vem da Europa visitar o pai que o acha o retrato de Escobar, até a voz é a mesma, segundo Dom Casmurro. Ezequiel fica com durante seis meses, ao fim dos quais volta à Europa para uma viagem arqueológica. Onze meses depois Ezequiel morre de febre tifoide e é enterrado em Jerusalém.

Ao longo da história há vários episódios em que o ciúme de Bento se manifesta, seus olhos de ressaca, de cigana oblíqua e dissimulada não a tornam uma pessoa de confiança. Terminamos o livro sem saber se Capitu traiu ou não o marido.

2. ESCRAVOS DE GANHO E DE ALUGUEL

Minha mãe era boa criatura. Quando lhe morreu o marido, Pedro de Albuquerque Santiago, contava trinta e um anos de idade, e podia voltar para Itaguaí. Não quis; preferiu ficar perto da igreja em que meu pai fora sepultado. Vendeu a fazendola e os escravos, comprou alguns que pôs ao ganho ou alugou, uma dúzia, de prédios, certo número de apólices, e deixou-se estar na casa de Matacavalos, onde vivera os dois últimos anos de casada. Era filha de uma senhora mineira, descendente de outra paulista, a família Fernandes. (ASSIS, 1994, p. 21)

A agricultura era parte de uma economia voltada para a exportação, e se alguém se fazia suficientemente rico ou poderoso para viver no Rio de Janeiro, à época o mais importante centro de exportação e importação, podia viver dos lucros do sistema. O termo “fazendola” de Bento/Dom Casmurro talvez seja fruto do esnobismo de um capitalista. Dona Glória vende escravos, compra outros e os aluga, adquire casas e investe em apólices.

Conforme John Gledson (1991) explica, *essas três atividades indicam exatamente a mudança do campo para a cidade, do ato de comprar (pessoas) para uso, ao de alugar (pessoas e casas) por dinheiro e ao de investir (sem correr riscos excessivos)* (GLEDSON, 1991, p. 55).

Segundo Leila Mezan Algranti (1988), aqueles que possuíam mais escravos do que o necessário para a agricultura ou trabalho doméstico, poderiam alugá-los a terceiros e conseguir dessa forma um bom rendimento, além da manutenção de seus servidores. O sistema de aluguel de escravos era uma das características mais importantes da escravidão urbana, e foi largamente utilizada no Brasil.

Algranti diz que

uma outra forma de trabalho que se desenvolveu, paralelamente ao sistema de aluguel, foi o sistema de ganho. Escravos de ganho eram aqueles que após fazerem alguns serviços na casa de seus senhores iam para as ruas, em busca de trabalho. Alugavam seu tempo a interessados, e deviam no final de determinado período entregar a seus senhores uma soma previamente estabelecida. Não importava como a quantia havia sido atingida, e nem mesmo se fora ultrapassada. O fundamental era não faltar ao pagamento e evitar a punição. Os negros de ganho viviam geralmente de biscates e empreitadas e tinham uma vantagem sobre os de aluguel: dispunham de seu tempo como queriam, e trabalhavam de acordo com as necessidades (ALGRANTI, 1988, p. 49).

A autora segue com uma observação que merece reprodução:

Ao se referir ao aproveitamento do trabalho escravo nas atividades comerciais no Rio de Janeiro, Lenira Menezes Martinho assinalou que os escravos de ganho eram aqueles que tinham uma certa autonomia e vendiam pelas ruas suas quitandas, ou aves, legumes e

frutas, recebendo uma porcentagem destas vendas de seus proprietários. (ALGRANTI, 1988, p. 49)

Lenira Machado Martinho constatou a diferença entre os sistemas de ganho e aluguel, acrescentando: *Na forma de escravos de aluguel os negros realizavam as mais variadas tarefas nas lojas comerciais, sustentando com seu trabalho o ócio dos seus donos* (MARTINHO, 1977, p. 71. apud. ALGRANTI, 1988, p. 49).

Algranti cita também Richard Wade:

a primeira das formas de trabalho (sistema de aluguel) não é peculiar das cidades, embora fosse mais praticada do que no campo, mas a segunda (sistema de ganho) era exclusividade do ambiente urbano. (WADE, 1977, p. 38. apud. ALGRANTI, 1988, p. 49)

Conforme Algranti,

o sistema de escravos ao ganho adaptava-se perfeitamente à cidade, pois era comum a necessidade de trabalhadores para serviços provisórios que duravam um dia, ou mesmo algumas horas. Essa forma de trabalho era conveniente tanto para o proprietário como para o escravo. O senhor não se preocupava com a ocupação de seus empregados, nem com seu controle. Os negros, por sua vez, viviam soltos pelas ruas gozando de uma liberdade jamais sonhada por seus semelhantes do campo. Além disso, o sistema era rentável, uma vez que havia senhores que viviam apenas do trabalho de um ou dois “negros de ganho. (ALGRANTI, 1988, p. 49).

A autora explica que, devido ao próprio esquema de trabalho, os escravos de ganho ou aluguel usufruíam de grande liberdade e passavam a maior parte do tempo longe dos olhos do senhor. Alguns chegavam a morar sozinhos, levando uma vida de “liberdade” no cativeiro”.

Segundo Richard Wade, *o sistema de aluguel permitia não só maior flexibilidade à instituição, mas trazia também uma série de problemas para a cidade. Os escravos alugavam seu próprio tempo e força de trabalho sem intermediários, e viviam em liberdade, o que de certa forma era perigoso* (WADE, 1977, p. 48. apud. ALGRANTI, 1988, p. 50). Décio Freitas pode corroborar com esta compreensão, quando

lembra que o mais importante do sistema de aluguel não era o fato de o escravo poder eventualmente comprar sua liberdade com o excedente do pagamento ao senhor, mas a existência de relações não escravistas de produção. Para ele o sistema de ganho introduzia um forte elemento de contradição na estrutura escravista: O indivíduo era legalmente escravo e como tal tudo quanto produzisse devia pertencer ao amo. Na prática, ele próprio vendia sua força de trabalho e ficava com parte do ganho, algo assemelhado a salário. (FREITAS, 1976, p. 97. apud. ALGRANTI, 1988, p. 50).

Ainda, Luiz Carlos Soares (1988) escreve que no Brasil do século XIX

a escravidão de ganho foi não só uma forma de exploração do trabalho escravo, mas também um regime de trabalho típico do

ambiente urbano. Na cidade do Rio de Janeiro os escravos de ganho eram numerosos e empregados nas mais diversas atividades econômicas: comércio ambulante, pequeno comércio de lojas (quitandas), barbearias, transporte de cargas e passageiros, oficinas artesanais e manufaturas. Este regime de trabalho proporcionava aos escravos uma relativa autonomia para procurar emprego ou executar as tarefas de que tinham se encarregado. Tinham, em contrapartida, a obrigação de efetuar a seus senhores um pagamento diário ou semanal, ou em menor escala mensal, previamente fixado de acordo com o rendimento que a tarefa lhe proporcionasse. (SOARES, 1988, p. 107)

Segundo Soares, na primeira metade do século XIX, o grande contingente de escravos nas ruas do Rio de Janeiro chamava a atenção dos estrangeiros que passavam pela cidade. Grande parte dos escravos que circulavam pela cidade eram escravos de ganho. Os escravos exerciam diversas modalidades de comércio ambulante, carregavam suas mercadorias em cestos e tabuleiros à cabeça, ou transportavam, sozinhos ou em grupos, os mais variados tipos de carga. Carregavam pessoas em seus ombros nos dias de chuva, assim como carregava, em suas cabeças barris com os dejetos das residências que à noite eram jogados no mar. Além dos vendedores ambulantes e dos carregadores, encontrávamos escravos de ganho entre os operários, os marinheiros, os quitandeiros de lojas, barbeiros, cirurgiões e pescadores. Muitos senhores mandavam seus escravos aprenderem ofícios industriais, sendo que depois do aprendizado, ofereciam os seus serviços aos proprietários das oficinas e manufaturas. Os fabricantes pagavam-lhes salários, uma parte destes eram entregues pelos escravos a seus senhores. A outros escravos foram ensinados os segredos da navegação em botes ou barcos à vela na Baía de Guanabara, a condução de veículos de passageiros pelas ruas da cidade. Os escravos exerciam estas atividades, recebiam pelo trabalho e entregavam a seus senhores a quantia previamente estipulada. Além destas atividades, os escravos de ganho eram forçados por seus senhores a se prostituírem, principalmente mulheres, embora fosse proibido tal prática, assim como a mendigarem. Os escravos idosos, doentes ou inválidos eram obrigados a mendigar em locais públicos ou portas de igreja, e entregar determinada quantia a seus senhores (SOARES, 1988).

A abolição do tráfico negreiro africano, em 1850, diminuiu o número de escravos de ganho na cidade, pois muitos foram vendidos para as zonas cafeeiras. Mesmo assim, houve uma parcela que continuou a desenvolver suas atividades até a abolição da escravatura. Os

escravos de ganho eram classificados como “jornaleiros”, numa alusão ao “jornal” — remuneração que recebiam.²

Soares cita o reverendo norte-americano Daniel Kidder quando este afirma que para o comércio ambulante carioca, com grande variedade e, onde quase todas as mercadorias eram vendidas por escravos de ganho pelas ruas da cidade, nas praças, nas praias e portas de igreja, com seus cestos e tabuleiros ou em pequenas barracas improvisadas, *eram escolhidos os escravos mais espertos e de melhor aparência, de ambos os sexos. e não era raro que esses cativos revelassem um grande tato e tino comercial* (KIDDER, 1972, p. 73-74. apud. SOARES, 1988, p. 112).

Muitos escravos de ganho que trabalhavam como vendedores ambulantes, também trabalhavam como entregadores de mensagens e cartas de indivíduos livres, faziam o papel de correio. Dentre as mercadorias vendidas podemos encontrar de tudo, isto é, de boa qualidade e bem conservadas, vendidas para os de maior poder aquisitivo, assim como as não tão bem conservadas que eram vendidas para a população de menor poder aquisitivo. Os negros preferidos para exercerem o comércio ambulante eram os negros Minas, os negros do Congo, os Moçambiques e os Cabindas. Soares diz que estas procedências mostram a maior presença de escravos da África Centro-Occidental na população cativa africana do Rio de Janeiro e, também, que os escravos africanos ainda formavam uma esmagadora maioria entre os escravos do ganho de rua na cidade na segunda metade do século XIX.

Soares nos fornece importantes dados para que possamos ter uma ideia, se não precisa, mas quase, de como viviam muitos dos indivíduos de nossa sociedade no século XIX. Poucos eram os senhores que possuíam mais de dez escravos de ganho. Muitos senhores, que tinham escravos de ganho, não declaravam suas ocupações, não era obrigatório. Mas entre os que declararam suas atividades, encontravam-se profissionais liberais, políticos, oficiais militares, funcionários públicos, sacerdotes, grandes e pequenos comerciantes, pescadores e alfaiates.

² Conforme Soares, a documentação do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ) é uma fonte de informação acerca dos escravos de ganho. O AGCRJ têm os pedidos de licença para escravos andarem ao ganho encaminhados pelos senhores à Câmara Municipal entre os anos 1830 e 1888. Soares diz que a documentação é falha, pois refere-se somente aos escravos de ganho de rua, além dos pedidos de licença anteriores a 1850 e posteriores a 1870, em grande maioria, terem sido perdidos ou consumidos pelo tempo. A parte principal da documentação, e também a maior, concentra-se entre 1851 e 1870. A documentação mostra que era proibido aos senhores colocarem seus escravos de ganho na rua sem autorização expressa e a licença da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Escravo de ganho que fosse encontrado exercendo atividade sem estar devidamente regulamentado, era recolhido ao Depósito Público e o seu senhor era obrigado a pagar uma multa. A licença tinha que ser renovada anualmente. Cf. – *Escravos ao ganho e escravidão*. Códice 6–1–45 (SOARES, 1988).

Talvez entre os que não declararam, alguns vivessem apenas dos ganhos desses escravos. Entre os que não declararam suas ocupações estavam oito libertos proprietários de um ou dois escravos, que provavelmente os exploravam na mesma atividade em que continuavam a trabalhar. Muitos senhores, além dos escravos de ganho, possuíam outras fontes de renda — imóveis, apólices, ações etc³.

Segundo Soares,

os carregadores, os operários, estivadores, cocheiros, marinheiros, remadores, barbeiros, cirurgiões, curandeiros e até mesmo os “tigres”, encarregados dos despejos dos barris de dejetos nas praias, eram trabalhadores formalmente assalariados na relação que mantinham com os indivíduos que requisitavam os seus serviços, percebendo um salário que lhes garantia a sobrevivência e, em alguns poucos casos, a formação de um pecúlio que lhes possibilitava a compra de sua alforria. (SOARES, 1988, p. 130)

Esta afirmação é contrária à de Leila Mezan Algranti quando sustenta que

para haver regime assalariado, é necessário que haja mercantilização da força de trabalho. Para haver mercantilização da força de trabalho, entende-se que o indivíduo seja livre para vender sua força de trabalho, o que não ocorre no sistema escravista, e que o regime seja capitalista, pois é somente num regime de produção capitalista que todos os produtos se revestem da forma de mercadorias, inclusive a força de trabalho de um indivíduo. (ALGRANTI, 1988, p. 67)

Ainda conforme o autor, *se na relação com os seus senhores eles eram escravos, com os seus empregadores ou os que requisitavam os seus serviços eventual ou permanentemente eles eram autênticos assalariados* (SOARES, 1988, p. 131).

Soares também cita a situação do

escravo Henrique, negro de ganho que era proprietário de um “angu” (loja que vendia a comida homônima) na Rua do Lavrádio em 1830, nos ajuda inclusive a demonstrar a pobreza das teorias que reduzem a escravidão a uma relação pura e abstrata entre senhores e escravos. A autonomia do escravo Henrique era tal que o seu senhor não só lhe permitia ter o seu pequeno comércio, como também viver sob sua própria responsabilidade. (SOARES, 1988, p. 132)

Caso semelhante é descrito pela historiadora Regina Celia Lima Xavier (1996), que descreve a autonomia do escravo Ludgero e seu empreendedorismo na segunda metade do século XIX na cidade de Campinas.

Este, habilidoso em termos profissionais, havia conseguido se inserir no mercado de trabalho livre, sabia perfeitamente “viver por si” e parece ter aproveitado todas as possibilidades abertas por seu senhor. [...] Além de ser um excelente cozinheiro e de manter uma

³ Embora fossem raros os senhores que tivessem mais de dez escravos de ganho, havia quem tivesse cento e treze escravos de ganho.

casa de pasto e o hotel, Ludgero ainda tinha outras habilidades: era também sapateiro. (XAVIER, 1996, p. 28-29)

Conforme o autor coloca,

não foi nada fácil a vida dos escravos de ganho. Os seus senhores nunca deixaram escapar nenhuma oportunidade de lhes exigir o máximo rendimento possível. Eram obrigados a perambular o dia inteiro pela cidade com cestos ou tabuleiros de mercadorias. Eram obrigados a transportar pesadas cargas ou a se arriscar no mar a qualquer hora do dia ou da noite, conduzindo embarcações de pesca ou de passageiros. Eram obrigados a longas e estafantes jornadas trabalhando como barbeiros, cocheiros ou operários. Eram obrigados a recorrer até mesmo a meios desonestos e criminosos para obterem o dinheiro necessário para obterem o dinheiro necessário à sua sobrevivência e ao pagamento requisitado por seus proprietários. Muitos senhores só deixaram de explorar os seus escravos do ganho porque a Lei Áurea de 1888 aboliu incondicionalmente a escravidão em todo o país. (SOARES, 1988, p. 138)

Segundo Marilene Rosa Nogueira da Silva (1988),

um escravo de ganho seria, na linguagem atual, um autônomo, pois esse escravo deveria com seu trabalho prover o próprio sustento e ainda levar para o proprietário parte do rendimento de sua jornada. O escravo alugava seus serviços e deveria pagar determinada quantia a seu senhor no final do dia, da semana e, algumas vezes, no fim do mês. Ao senhor não importava como o escravo conseguia aquele dinheiro, nem se havia ultrapassado o limite determinado. Esta atitude estimulava atos ilegais, pois os escravos ao ganho, quando não conseguiam completar o valor da jornada, apelavam para os furtos ou para a prostituição. Todo o excedente pertencia ao escravo e o senhor respeitava essa regra, embora não existisse nenhuma lei que a garantisse. (SILVA, 1988, p. 88).

A autora também elucida que

a forma de ganho vinha de encontro tanto aos interesses dos escravos que viam aí uma perspectiva mesmo que longínqua de liberdade, quanto dos senhores que se livraram do custo do sustento do escravo, dos gastos que impunha a tarefa da fiscalização, além da possibilidade de conseguir uma renda líquida. Todas essas circunstâncias garantiam grande lucratividade, tornando-se bom negócio colocar um ou dois escravos ao ganho pela cidade” (SILVA, 1988, p. 88).

Silva ainda ressalta que *o sistema de ganho não pode ser visto como um presente do senhor. Para continuar ao ganho, o escravo deveria, sob pena de castigo, não faltar com o pagamento da quantia imposta pelo senhor. Quantia esta considerada pelo próprio escravo um direito do proprietário* (SILVA, 1988, p. 88-89).

A autora assinala a diferença do escravo ao ganho para o de aluguel:

o escravo de aluguel tinha seus serviços oferecidos pelo proprietário, que estabelecia o tipo de trabalho e as condições de pagamento. Era comum entre os proprietários ensinar ao escravo

alguma arte ou ofício, aumentando assim a jornada recebida pelo seu aluguel. O sistema de aluguel não era específico da cidade. Já o encontramos nos primórdios da escravidão colonial. Era comum o emprego do aluguel de escravos nas pequenas propriedades no período das colheitas, quando havia necessidades de mão de obra acima das possibilidades de compra dos proprietários. (SILVA, 1988, p. 90)

Silva também faz referências ao trabalho de Douglas Libby — *Trabalho Escravo e Capital Estrangeiro no Brasil - O Caso de Morro Velho*, e chega à conclusão que

ele apresenta como uma de suas propostas básicas de trabalho a diminuição de distância qualitativa entre o trabalho escravo e o trabalho livre, na medida em que as experiências de uma determinada realidade – Morro Velho – lhe possibilitaram a constatação da tese que se refere às transformações sofridas pelo sistema escravagista nas suas diferentes realidades socioeconômicas. A utilização do escravo como mão de obra em atividades complexas e rentáveis, desmistifica a teoria que emprestava ao escravo incapacidade para exercê-las. (SILVA, 1988, p. 90)

Silva toca em um ponto fundamental, na característica de quem vive numa estrutura escravista, onde o trabalho manual é sinônimo de escravidão. Logo, a medida que aumentavam os estabelecimentos comerciais e manufaturados, mais necessário se fazia o trabalho do escravo de ganho. Autores que falam sobre o tema dos escravos a ganho, comentam o quanto os estrangeiros que visitavam o Rio de Janeiro no século XIX, espantavam-se com o número de escravos na cidade, andando e oferecendo seus serviços. Parecia contraditório que o poder branco pudesse depender tanto do trabalhador negro. O trabalho manual diminuía tanto o indivíduo, que os homens livres se negavam a fazê-lo e a classe privilegiada nem sequer o cogitava. O grau de pobreza de alguém podia ser medido pela falta de um escravo que fosse para atividades manuais. O Escravo era mão de obra essencial numa cidade contaminada pela ideologia escravista.

O historiador Douglas Cole Libby (1984) tem um interessante estudo sobre o desempenho da mão de obra escrava, em grande escala, fora das atividades cafeeiras e açucareiras. O trabalho de Libby é sobre a Mina de Morro Velho, propriedade de *Saint John d'El Rey Mining Company*, sediada em Londres e

Localizada na Vila de Nossa Senhora do Pilar de Congonhas de Sabará, Município de Sabará, a Mina de Morro Velho experimentou, sob a administração da companhia inglesa, um crescimento quase ininterrupto de 1834 a 1886. (LIBBY, 1984, p. 16)

Mesmo se passando fora do Rio de Janeiro, ambiente de Dom Casmurro, o estudo é interessante principalmente por abarcar a importância dos escravos de aluguel e de ganho na Mina de Morro Velho, a maior e mais bem-sucedida empresa de mineração do Brasil Imperial. O autor usou como fonte a documentação acumulada pela Companhia Saint John durante seus mais de cinquenta anos de operação do período imperial. Segundo Libby, praticamente não existem estudos sobre o trabalho de escravos em atividades não-agrícolas. O autor mostra a compatibilidade do trabalho escravo com o progresso técnico-industrial, a adaptabilidade do trabalho escravo a diversos processos de produção não-agrícola. O objetivo é mostrar que o trabalho escravo podia adaptar-se a processos produtivos mais avançados, examinar o trabalho escravo através das experiências bem-sucedidas de sua utilização na produção industrial, para afastar as teses de sua deficiência inerente e avaliar a passagem das sociedades escravocratas para o capitalismo industrial.

Segundo Libby, a St. John dependia significativamente do trabalho escravo para preencher sua necessidade de mão de obra. Documentos mostram que o número de escravos era maior do que o de trabalhadores livres até o ano de 1879. De 1839 a 1847 os escravos representavam cerca de 85% do total da força de trabalho não-europeia. A partir de 1850, com a proibição do tráfico, o percentual de escravos começa a diminuir e, o número de trabalhadores livres inicia um aumento relativamente constante até 1867-8. A composição da força de trabalho da Companhia incluía centenas de escravos alugados. Era difícil encontrar escravos para alugar na década de 1850, a proibição do tráfico aumentou a procura por escravos, o aumento da oferta de mão de obra livre amenizou a situação. Desde o início o superintendente da Companhia, Herring, acreditava que deveriam ter um número significativo de escravos para que se tornassem independentes, Herring convenceu-se que o trabalho escravo era mais adequado que o trabalho livre. Mesmo a contragosto havia um decreto que obrigava o concessionário a empregar ao menos um terço dos braços livres. Enquanto havia uma oferta abundante de escravos, alugados ou comprados, a preferência era por eles. Porém, o número de escravos pertencentes a companhia era relativamente pequeno, a maioria da força escrava era alugada. Quando a St. John se instalou em Morro Velho, a prática de alugar escravos já era comum e, logo depois, os escravos de ganho apareceram. Não era incomum alugar escravos já com experiência no trabalho de minas.

Em suas viagens pelo Brasil, entre 1817 e 1820, Spix e Martius (1960) observaram, no Rio de Janeiro, trabalhadores negros que provavelmente já eram escravos de ganho.

Com muita dificuldade nos livramos da barulhenta turba de pretos e mulatos seminus que ofereciam os seus serviços com a característica da grande insistência que lhes é peculiar. [...] Os nossos instrumentos e bagagem foram para ali carregados às costas dos pretos. [...] O que, entretanto, logo lembra ao viajante que ele se acha numa parte estranha do mundo, é sobretudo a turba variada de negros e mulatos, a classe operária com que ele topa por toda parte, assim que põe o pé em terra. Este aspecto foi-nos mais de espanto do que de agrado. A natureza inferior, bruta, desses homens insistentes, meio nus, fere a sensibilidade do europeu, que acaba de deixar os costumes delicados e as fórmulas obsequiosas das suas pátrias.

[...]

Numa cidade tão quente e povoada, volve-se a atenção do Governo, com justo motivo, para o abundante fornecimento de água fresca para beber; somente a distribuição feita por meio de negros pouco asseados, que oferecem água em vasilhas abertas ou em barris, às vezes expostos por horas ao sol, deveria chamar a atenção da polícia e da higiene pública, a fim de acabar com isso. (SPIX; MARTIUS, 1960, p. 45-46, 48)

Os estudos sobre escravos de ganho e escravos de aluguel, nos mostram que os cativos podiam ser independentes quando lhes era permitido por seus patrões e se saíam muito bem. Com sorte alguns conseguiam até mesmo conseguiam guardar um pouco do excedente para pagar suas alforrias. Vimos também o lado inquietante, os escravos a ganho eram obrigados a entregar a seus senhores uma quantia estabelecida, como conseguiriam esta soma não importava, mesmo que significasse roubar ou se prostituir.

Os escravos de aluguel tinham suas atividades cedidas a terceiros, contratadas por seus senhores. Muitas vezes lhes eram ensinados certos ofícios a fim de que fossem melhor remunerados quando alugados.

3. MORTE E DERROTA: A LEI DO VENTRE LIVRE

Momento houve em que os olhos de Capitu fitaram o defunto, quais os da viúva, sem o pranto nem palavras desta, mas grandes e abertos, como a vaga do mar lá fora, como se quisesse tragar também o nadador da manhã. (ASSIS, 1994, p. 161)

Elogiavam as qualidades de Escobar. Um ou outro discutia o recente Gabinete Rio Branco; estávamos em março de 1871. Nunca me esqueceu o mês nem o ano. (ASSIS, 1994, p. 160)

Segundo Chalhoub, *Dom Casmurro* é uma alegoria da experiência da derrota de todo um projeto de dominação de classe. O narrador, Dom Casmurro, escrevendo no final da década de 1890, está empenhado em encontrar justificativas para o seu empobrecimento e decadência social. Dom Casmurro tem certeza que Bentinho não percebeu a malícia de Capitu e outros dependentes a sua volta.

Chalhoub vê neste momento a concepção de Dom Casmurro, o narrador do romance. No capítulo CXX Bentinho contemplava uma fotografia de Escobar, datada de 20/04/1870, de um ano antes. A morte de Escobar se dá em março de 1871, após a subida ao poder do Gabinete Rio Branco, que aprovaria a Lei do Ventre Livre. No momento em que “os olhos de ressaca” de Capitu fitaram o defunto de Escobar, provocaram a suspeita de adultério em Bentinho. Neste momento, nasce Dom Casmurro e morre Bentinho. Embora sejam a mesma pessoa, enquanto ingênuo e apaixonado, o personagem é Bento; quando taciturno, desconfiado e amargo, é Dom Casmurro. Conforme o autor, o drama doméstico relatado é uma metáfora política. A aprovação da Lei de 1871 era uma derrota política, Dom Casmurro escreve para contar o seu drama, para mostrar que foi vítima da ingratidão dos dependentes. Dom Casmurro reflete o pensamento da classe senhorial.

A lei de 28 de setembro de 1871 havia mudado as coisas de maneira significativa, pois criara vias institucionais para obter alforria independentemente do consentimento senhorial. A sua aprovação foi passo decisivo na luta para submeter o poder privado dos senhores ao domínio da lei, abalando assim a ideologia paternalista que - ao lado da violência física direta - garantira o controle social na escravidão por séculos. (CHALHOUB, 2007, p. 109)

A supracitada historiadora Regina Célia Lima Xavier informa sobre uma série de processos cíveis que havia pesquisado, em que os escravos reivindicavam juridicamente seus direitos sociais, e participavam politicamente do processo de abolição. A autora recuperou as

“histórias de vida” de libertos que tivessem morado em Campinas nas décadas finais do século XIX. As Ações de Liberdade eram “aquelas ações impetradas na justiça pelo escravo no intuito de conquistar ou manter sua liberdade. Sob este título englobamos uma variedade de processos como Autos de Libertação por Apresentação

de Pecúlio, Autos de Inquirição de Testemunhas para Averiguação de Liberdade, Ação de Manutenção de Liberdade, Contratos de Locação de Serviços e Remissão, etc. (XAVIER, 1996, p. 14)

Conforme José Murilo de Carvalho (2006), a iniciativa para libertação do ventre começou em 1866 e partiu da Coroa. Muitos consideravam a proposta uma “loucura dinástica”, mas D. Pedro II manteve a iniciativa e, até a promulgação da lei, em setembro de 1871, sua influência foi constante e determinante. Ainda, segundo o autor, o Conselho de Estado⁴ foi ouvido logo no início de 1867 sobre a conveniência da abolição direta da escravidão e sobre o momento e as cautelas a serem adotadas. A maioria se mostrou favorável à libertação dos nascituros, mas, também, achavam que o momento não era adequado para discutir matéria de tamanha importância, que deveria se esperar o fim da Guerra do Paraguai para colocar o assunto em pauta. Entre os conselheiros, muitos criticaram a iniciativa do Imperador. Rio Branco — José Maria da Silva Paranhos, neste momento, achava que não havia pressão política que justificasse tal iniciativa por parte do imperador. Os que eram favoráveis à reforma apontavam os perigos da falta de ação, assim como as pressões externas e internas, motivos morais e de civilização. Sendo assim, por decreto, em 1866, o governo concedeu liberdade aos escravos da nação designados para o serviço militar e premiava cidadãos que oferecessem libertos para o Exército.

Carvalho também elucida que, em março de 1871, com Rio Branco a frente do Ministério, começou a grande batalha parlamentar do Ventre Livre. O autor afirma que

Pela primeira vez o Estado propunha intrometer-se nas relações senhor/escravo, minando a autoridade do senhor e dando ao escravo um ponto de apoio legal para aspirar a liberdade ou mesmo para rebelar-se (a lei previa o direito de alforria ao escravo que pudesse pagar seu preço) [...]

Em 1850 o governo reagiu a pressões externas, usou a força para fazer valer a lei, enfrentou traficantes e senhores de escravos que tinham interesse na continuação do tráfico, contando com um número reduzido de abolicionistas. [...] Em 1871 o jogo foi todo interno: não havia pressão material externa e não havia mais traficantes. A iniciativa foi da Coroa, secundada pelo gabinete conservador e apoiada na imprensa abolicionista e parte do partido liberal”. [...] A lei teve o sentido inequívoco de tornar indiscutível o fim próximo da escravidão e de mostrar aos escravistas que não teriam a Coroa a seu lado (CARVALHO, 2006, p. 314-318).

Carvalho ainda afirma que *o sistema imperial começou a cair em 1871 após a Lei do Ventre Livre. Foi a primeira clara indicação de divórcio entre o rei e os barões, que viram a*

⁴ O Conselho de Estado era um órgão que tinha a função de auxiliar o Imperador no exercício do Poder Moderador e do Poder Executivo. Foi um órgão que limitou os poderes do Imperador.

Lei como loucura dinástica. O divórcio acentuou-se com a Lei dos Sexagenários e com a abolição final (CARVALHO, 2006, p. 322).

A morte de Escobar e a suposta traição de Capitu, e do morto, seria uma alegoria para mostrar a traição de toda uma classe para com a classe senhorial. Escobar morre em março de 1871, mesma data em que José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco, assume a Presidência do Conselho de Ministros. Em setembro do mesmo ano, foi promulgada a Lei do Ventre Livre, que seria a grande traição, pois mostra que se caminha firmemente para a abolição da escravatura.

4. AGREGADOS, DEPENDENTES E SUBORDINADOS

- Você não se lembra como é que foi ao teatro pela primeira vez, há dois meses? D. Glória, não queria, e bastava isso para que José Dias não teimasse; mas ele queria ir, e fez um discurso, lembra-se?
- Lembra-me; disse que o teatro era uma escola de costumes.
- Just; tanto falou que sua mãe acabou consentindo, e pagou a entrada aos dois.... Ande, peça, mande. Olhe; diga-lhe que está pronto a ir estudar leis em S. Paulo. (ASSIS, 1994, p. 38-39)

Segundo Chalhoub,

as políticas de dominação vigentes na sociedade brasileira do século XIX poderiam ser apropriadamente descritas como paternalistas. Tal lógica de domínio estava presente tanto nas estratégias de subordinação de escravos quanto de pessoas livres dependentes, e que sua característica principal era a imagem da inviolabilidade da vontade senhorial. O mundo era representado como mera expansão dessa vontade, e o poder econômico, social e político parecia convergir sempre para o mesmo ponto, situado no topo de uma pirâmide imaginária. (CHALHOUB, 2007, p. 58-59)

Chalhoub também afirma que Machado de Assis foi mestre em expor a tecnologia de dominação.

Conforme interpreta o autor, o motivo declarado da conversa estava no desejo de Bentinho de ir ao teatro pela primeira vez. Dona Glória não concordava com a ideia. O assunto morreria aí, não fosse o fato de José Dias, o agregado, também querer ir ao teatro. Homem dependente, vivendo de favor na propriedade dos Santiagos, José Dias não podia teimar com a viúva; bastava o fato de que a senhora não queria que Bentinho fosse ao teatro para que ele não insistisse. Porém, como o que estava em questão era a conveniência ou não de o menino ir à representação, José Dias fez um discurso defendendo a tese de que o teatro era uma escola de costumes. O agregado construiu um argumento procurando comprovar que devia ser vontade da viúva enviar o menino ao teatro. Dona Glória acabou concordando, passou a ser vontade dela que Bentinho fosse ao teatro. José Dias foi então designado para acompanhá-lo, atendendo-se assim a vontade do menino, que aparentemente fora quem originara toda a situação. Chalhoub levanta outras hipóteses, como a de que talvez o agregado quisesse ir ao teatro e manipulou a situação de tal modo que o próprio Bentinho também achou que ele, Bentinho, é que quisesse ir. O detalhe que não escapou a Capitu é que “sua mãe pagou a entrada dos dois”. O agregado, o dependente vive economicamente dos favores dos senhores.

Ainda de acordo com Chalhoub,

se observarmos essa passagem naquilo que ela contém de descrição estrutural, de análise das possibilidades de atuação política de

sujeitos submetidos a relações sociais profundamente desiguais, características da dominação paternalista, vemos que: primeiro, em nenhum momento as prerrogativas da vontade senhorial são questionadas – ao contrário, elas são reforçadas e reverenciadas a cada passo; segundo, aos dependentes resta perseguir objetivos próprios tentando provocar nos senhores os movimentos que lhes interessam a eles, dependentes. Impossibilitados de lutar abertamente por seus objetivos, José Dias e seus semelhantes tentam obter seus desígnios fazendo com que seus senhores imaginem que é vontade deles, senhores, fazer aquilo que eles, dependentes, querem que seja feito. (CHALHOUB, 2007, p. 63)

Chalhoub argumenta que em vários de seus escritos, Machado de Assis testemunhou e analisou sistematicamente o ponto de vista do dominado — ou do dependente — em tais situações que eram rotineiras e agudamente perigosas ao mesmo tempo.

O autor afirma, ainda, que na vigência da dominação paternalista, os subordinados não estavam passivos, incapazes de perseguir objetivos próprios. Pois eles tinham formas ambíguas de alcançar seus objetivos, maneiras disfarçadas que a própria convivência os ensinou. O fundamental era fazer com que o senhor, sempre pensasse que tudo que acontecia era fruto de sua vontade e contava com seu apoio.

Outra passagem que mostra como os dependentes ou classes inferiores devem se defender:

A atenção de Capitu estava agora particularmente nas lágrimas de minha mãe; não acabava de entendê-las. Em meio disso, confessou que certamente não era por mal que minha mãe me queria fazer padre; era a promessa antiga, que ela, temente a Deus, não podia deixar de cumprir. Fiquei tão satisfeito de ver que assim espontaneamente reparava as injúrias que lhe saíram do peito, pouco antes, que peguei da mão dela e apertei-a muito. Capitu deixou-se ir rindo. (CHALHOUB, 2007, p. 37).

Dom Casmurro se dá conta que Capitu consegue penetrar a lógica senhorial, desvendá-la, interpretar corretamente as motivações e atitudes de seus antagonistas de classe. As pessoas não são boas ou más, como pensa Bentinho, apenas expressam seus preconceitos sociais e culturais. *Dissimulação, estratégia, astúcia, eram os meios disponíveis para enfrentar antagonistas poderosos e sempre prontos a trucidar subordinados insubordinados* (CHALHOUB, 2007, p. 88-89). Os dependentes lutavam, a sua maneira, para conseguir o que queriam. Tanto Capitu quanto José Dias dominavam a arte de perseguir objetivos próprios por dentro da ideologia senhorial. José Dias falava o que seus senhores queriam ouvir. Tanto Capitu quanto José Dias possuíam a capacidade dos dependentes de manipularem seus senhores.

Conforme John Gledson, *para Machado, muito do atrativo da instituição do favor se deveu a que ela agia por meio da dissimulação e da hipocrisia — portanto, não era evidente* (GLEDSON, 1991, p. 10). Gledson cita Schwarcz, para quem o elo entre a ficção de Machado e a sociedade em que viveu não é secundário e sim absolutamente fundamental.

O autor acredita que de todas as obras de Machado, *Dom Casmurro* é a que melhor representa as circunstâncias do enredo, às quais ele retorna mais de uma vez, em que a agregada se apaixona pelo herdeiro da família. Gledson logo esclarece que Capitu não é uma agregada, o que podemos averiguar com a leitura do livro, mas a filha de um funcionário público que tem sua própria casa, entretanto, as relações de poder entre as duas famílias são distintas. A relação entre as duas famílias é disfarçada pela intimidade das crianças, mas não deixa de ser uma relação de favores prestados, recebidos e esperados.

Podemos concluir, depois das colocações dos historiadores e críticos, que os agregados, dependentes e subalternos obedeciam aos protetores ou senhores não apenas por respeito, mas também para não perderem sua proteção. Vimos que os dependentes desenvolviam uma capacidade de manipulação a tal ponto, que conseguiam fazer com que os senhores acreditassem que a vontade do dependente era a vontade do senhor. Fica claro, também, que em nenhum momento estes subalternos ousam desafiar ou contrariar seus superiores.

5. HOMEOPATIA - ASSISTÊNCIA MÉDICA AOS ESCRAVOS DO RIO DE JANEIRO

Era nosso agregado desde muitos anos; meu pai ainda estava na antiga fazenda de Itaguaí, e eu acabava de nascer. Um dia apareceu ali vendendo-se por médico homeopata; levava um *Manual* e uma botica. Havia então um andaço de febres; José Dias curou o feitor e uma escrava, e não quis receber nenhuma remuneração. (ASSIS, 1994, p. 18).

Segundo Ângela de Araújo Porto (1989),

era quase inexistente uma prática médica voltada ao tratamento dos escravos. Estes eram maltratados de todas as formas tanto no campo quanto na cidade, eram explorados ao máximo, e seus senhores só eram mais cuidadosos com seu bem-estar quando estavam na iminência de perdê-los devido a alguma epidemia. Quando os escravos se queixavam de alguma enfermidade, a princípio os senhores achavam que era fingimento para escapar do trabalho. Muitas vezes o escravo era alforriado ou abandonado quando sua enfermidade era comprovada como incurável. (PORTO, 1989, p. 88)

Conforme Porto, os senhores de escravos seguiam os manuais da época para tentar prolongar a vida útil de seus trabalhadores. O manual ensinava como escolher uma peça saudável no mercado. O escravo das pequenas fazendas ou das pertencentes ao clero, geralmente eram mais bem tratados do que nas grandes, a começar pela alimentação. O escravo urbano geralmente era mais independente que o rural. Nas fazendas os senhores usavam os recursos locais para os casos mais graves de doenças. Curandeiros, quimbandeiros, feiticeiros eram chamados na ausência dos médicos itinerantes, que percorriam só de tempos em tempos longas distâncias visitando as fazendas. A terapêutica dos médicos diplomados era tão imprecisa quanto a dos ditos práticos, que acabavam tendo a preferência da população do interior, pois fora da cidade os médicos eram escassos e os tratamentos que dispensavam não eram mais eficazes que os dos curandeiros.

Segundo Porto, até a primeira metade do século XIX, a Santa Casa de Misericórdia era o único hospital a dar atendimento aos escravos matriculados. O receio que muitos tinham da instituição fazia com que quando procurassem recursos fosse tarde demais. O medo se justificava pelo alto índice de mortalidade do hospital, pela falta de asseio, ventilação, salubridade e preceitos de higiene. A Santa Casa geralmente atendia apenas pobres e escravos, que só a procuravam quando não tinham outra opção. A partir de 1850, com a extinção legal do tráfico de escravos, os senhores começaram a se preocupar mais em preservar seus escravos, isto é, sua mão de obra escrava. A oferta torna-se escassa, mas a demanda para a

lavoura continua a mesma, o que valoriza o preço das peças no mercado. Os proprietários procuram tratar melhor seus escravos a fim de prolongar-lhes a vida útil, mas sem diminuir a jornada de trabalho. São decretadas leis que protegem os escravos, como a de 11/08/1854, sancionada pelo Barão de Cotegipe, que punia aos senhores que alforriassem ou abandonassem seus escravos por motivo de doença ou de incapacidade para o trabalho. É também neste período que surgem novas opções de assistência médica hospitalar aos escravos, até então limitada a Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, destacando-se como pioneira na oferta deste serviço de homeopatia.

A autora ainda explica que a homeopatia foi introduzida no Brasil na década de 40 do século XIX, pelo médico francês Bento (Benoit) Mure. As estratégias de legitimação e afirmação utilizadas pelos homeopatas para se estabelecerem no Rio de Janeiro são analisadas por Madel Luz, e constituem-se basicamente em promover a

[...] fundação de clínicas, hospitais e dispensários homeopáticos. Formação de farmacêuticos e leigos em cursos de curta duração para que pudessem exercer a prática homeopática sem precisar de faculdade de medicina, bastavam os manuais médicos homeopáticos da época. Atenção médica gratuita para a população pobre, fundação de Institutos Homeopáticos. O doutor Bento Mure preocupava-se com as classes pobres e a escravatura, para difundir a homeopatia distribuía folhetos de propaganda entre padres, fazendeiros, professores, comerciantes. A campanha no interior visava os fazendeiros. Necessitando de cuidados médicos para seus escravos, os fazendeiros logo aderiram à homeopatia. (PORTO, 1989, p. 88-89)

Conforme Porto, a familiaridade da prática homeopática com a medicina popular, tanto a europeia como a africana, é notável. O aspecto espiritualista da medicina homeopática leva em conta o psíquico e o físico na definição da doença, identifica-se com a mentalidade dos brasileiros, propensos a seguir uma visão mais espiritualizada da doença e da saúde. O preparo do remédio homeopático envolve as operações de triturar, diluir e bater várias vezes o frasco com a substância medicamentosa, a fim de dinamizá-la como na prática médica africana em que os remédios só têm poder de cura quando energizados por intermédio de operações semelhantes. Em 1846 os introdutores da Homeopatia no Brasil, Drs. Bento Mure e João Vicente Martins, explicavam como tratar doentes pelo novo método científico, na ausência de médicos e como manipular medicamentos fazendo uso de uma botica básica. João Vicente Martins publicou diariamente no *Jornal do Commercio* cartas de solicitação e recibos que comprovavam pedidos de medicamentos e livros. Investindo na divulgação da

homeopatia junto aos senhores de escravos, os homeopatas usaram largamente o *Jornal do Commercio* como veículo de propaganda.

A propaganda chamando a atenção para a homeopatia aplicada à escravatura, era uma forma de lembrar o senhor de cuidar da classe em que se baseava a maior parte das fortunas, a escravatura. Era uma maneira de mostrar ao senhor os benefícios de cuidar de seu patrimônio a um custo menor que o da medicina tradicional. Com a intenção de segurar os proprietários de escravos, na cidade do Rio de Janeiro, surgiu a Companhia Prosperidade que pretendia indenizar uma parte do valor do escravo, caso este morresse. Claro que a Companhia pretendia evitar que esses escravos morressem, assim, os tratava com terapêutica homeopata aplicada por médicos, cirurgiões e enfermeiros pertencentes a Companhia. Esta não prosperou como era esperado, mas pelo menos divulgou a homeopatia, principalmente no interior, para o tratamento dos escravos. O movimento homeopático voltado para o tratamento dos escravos, fez com que surgissem outros empreendimentos visando a saúde dos homens negros, como: a Cia Prosperidade, o nosocômio para pretos, programas de instalação de consultórios gratuitos para os pobres, que também atendiam escravos. Muitos destes homens envolvidos nos movimentos para ajudar pobres e negros, segundo Porto, eram abolicionistas. Bento Mure era adepto das ideias socialistas de Fourier.

A primeira petição enviada ao Congresso solicitando uma lei que restringisse a escravidão foi dirigida por um médico homeopata que a fez publicar no *Jornal do Commercio* de 25 de agosto de 1850 (Antônio Ildefonso Gomes). Outro abolicionista homeopata foi o Dr. João Antônio Pereira de Azevedo. O Dr. Pereira manteve um consultório na Rua das Laranjeiras, nº 47-B, 1868/1871, com a finalidade de prestar assistência médica e hospitalar unicamente a escravos. (PORTO, 1989, p. 90)

Conforme Porto, a Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, que já prestava assistência médica e hospitalar aos escravos, passou a ter a homeopatia em seus quadros, em caráter permanente, a partir de maio de 1883. Em épocas de epidemias eram criadas enfermarias provisórias destinadas a indigentes, mas que também atendiam os escravos. Porto demonstra, estatisticamente, que o percentual de livres, homens e mulheres, que procuravam o atendimento homeopático, era significativamente maior que o percentual de escravos, homens e mulheres, que buscavam os mesmos serviços. Nota-se, de acordo com os mapas demonstrativos, que seja entre livres, ou entre escravos, o número de homens era sempre superior ao de mulheres. A autora chama a atenção para o fato de que os consultórios que atendiam, gratuitamente, a população pobre, provavelmente estivessem atendendo os negros

libertos, isto é, a população pobre do Rio de Janeiro é formada na sua grande maioria por negros libertos e mestiços.

A proposta de tratamento médico homeopático em escravos foi pioneira. Teve início na década de 40, enquanto que a preocupação com a saúde dos escravos por parte da medicina oficial, alopátia, só se evidencia a partir da abolição do tráfico em 1850. Os estudos demonstram uma falta de responsabilidade por parte dos proprietários de escravos e das autoridades governamentais com a assistência médica à escravatura. Os introdutores da homeopatia no Brasil eram estrangeiros com ideais de liberdade, o francês Bento Mure e o português João Vicente Martins. (PORTO, 1989, p. 91)

Ainda, Porto evidencia que a

assistência médica aos escravos não foi defendida como uma questão de caridade cristã, mas como uma medida que trazia benefícios para os proprietários e para o Brasil, era uma solução após a abolição do tráfico. A homeopatia possibilitou a conservação e a multiplicação dos escravos, assim como a garantia da lavoura. Antes de 1850 o tráfico compensava a mortandade de cativos. Também vale destacar, que a medicina preventiva africana era mais avançada que a dos brancos, logo, muitas vezes mais eficaz. O uso de produtos da natureza com finalidade curativa e de aplicação de drogas semelhantes ao mal tratado, caracteriza a medicina africana e identifica-se com a homeopatia. (PORTO, 1989, p. 93)

Pimenta, Gomes & Kodama (2018) chamam a atenção para a falta de registros médicos a respeito da saúde dos escravos. O pouco que havia de documentação nos tratados médicos era tão somente visando preservar a mão de obra, ou seja, visando beneficiar o proprietário. Os autores afirmam que os médicos consideravam as práticas de cura dos africanos inferiores às dos indígenas, os feiticeiros negros assimilaram conhecimentos médicos indígenas e da medicina europeia, principalmente da homeopatia. As práticas de cura africanas tornaram-se uma medicina popular de rápida disseminação, o que desqualificava a prática de curandeirismo africana era a sua ligação com a magia, a feitiçaria, o sobrenatural.

Pimenta, Gomes & Kodama consideram o período do tráfico ilegal, 1830-1850, e os anos posteriores à Lei do Ventre Livre, 1871, momentos chave para observar as atitudes médicas perante as condições de vida dos escravos. A presença dos escravos no meio urbano era vista como pernicioso para a sociedade, tanto moral quanto fisicamente, pois estes seriam transmissores de doenças. O aleitamento materno por amas de leite, escravas, era condenado. Segundo seus críticos, as características morais da lactante passariam, através do leite, para a criança. Abrindo um parêntese, nos Estados Unidos, a campanha contra o aleitamento materno feito por escravas ou mercenárias, imigrantes, acontecia paralelamente ao consumo de leite industrializado, o quanto esta atitude tem de capitalista, não é para este estudo. Tendo

como inevitável o fim da escravidão, os médicos orientavam medidas que preservasse a mão de obra já não abundante. Medidas higiênicas eram receitadas como forma de preservar o cativo. O preço do escravo era alto, para consegui-lo muitas vezes tinha-se que recorrer ao comércio intraprovincial, logo, era necessário conter a mortalidade dos escravos, prolongar a vida útil dos cativos.

Os autores também explicam que entre as doenças que mais afetavam e causavam a morte de pobres livres e escravos — sendo que pobres livres muitas vezes eram libertos e mestiços — estava a tuberculose. A concentração de pessoas, ambientes insalubres e alimentação inadequada favoreciam a doença. O “banzo” era a doença mental que mais afetava os escravos, seria a saudade da terra natal, saudade da África. A sífilis também afetava a população escrava, o número de mulheres era menor do que o número de homens, além delas muitas vezes serem obrigadas a manter relações sexuais com seus senhores. Os escravos procuravam tratamento no interior de sua comunidade, fossem barbeiros, sangradores, curandeiros, feiticeiros ou outros. Homens livres ganharam fama nas *artes de curar*, e os supracitados Pimenta, Gomes & Kodama consideram que tais homens experienciaram a ligação entre práticas de cura e religiosidade. Todavia, não foram experiências tranquilas, pois, conforme os autores elucidam, os curandeiros enfrentavam problemas com a polícia por denúncias dos médicos que reclamavam para si o monopólio da medicina.

6. A GUERRA DA CRIMEIA- GUERRA DO PARAGUAI

Manduca vivia no interior da casa, deitado na cama, lendo por desfastio. Ao domingo, sobre a tarde, o pai enfiava-lhe uma camisola escura, e trazia-o para o fundo da loja, donde ele espiava um palmo da rua e a gente que passava. Era todo o seu recreio. Foi ali que o vi uma vez, e não fiquei pouco espantado; a doença ia-lhe comendo parte das carnes, os dedos queriam apertar-se; o aspecto não atraía, decerto. Tinha eu de treze para quatorze anos. Da segunda vez que o vi ali, como falássemos da guerra da Crimeia, que então ardia e andava nos jornais, Manduca disse que os aliados haviam de vencer, e eu respondi que não.

– Pois veremos, tornou ele. Só se a justiça não vencer neste mundo, o que é impossível, e a justiça está com os aliados.

– Não, senhor, a razão é dos russos. (ASSIS, 1994, p. 122)

John Gledson faz uma citação de Eugênio Gomes: *Era natural que o menino rico e mimado da Rua de Matacavalos discutisse a guerra ou qualquer outro acontecimento da época, mas com um leproso é que é positivamente estranho* (GOMES, 1967, p. 132. apud. GLEDSON, 1991, p. 121).

Segundo John Gledson, a falta de conhecimento histórico ou político não atrapalha a leitura de Dom Casmurro, embora não seja desculpável, se for o caso, a ignorância dos leitores de Machado em 1900. Porém, Gledson considera uma exceção ao afirmado anteriormente, no que se refere aos capítulos 88-92, onde Bento e Manduca trocam cartas polemizando a Guerra da Crimeia.

Conforme Gledson, *é apropriado que Manduca se identifique com a Turquia, já então conhecida (tanto nos anos 1850 como nos 1890) como o Doente da Europa. Também apropriada é a identificação de Bento com os Russos, apoiar um grande e retrógrado império escravocrata* (GLEDSON, 1991, p. 122). Bento diz a si mesmo: *fui sempre um tanto moscovita nas minhas ideias* (ASSIS, 1994, p. 123).

Segundo Gledson,

só poderemos compreender completamente o episódio quando nos prepararmos para um salto alegórico e virmos o verdadeiro assunto não como a Guerra da Crimeia (1853-1856) e sim como a Guerra do Paraguai, que sobreveio mais de dez anos depois (1865-70): pode-se imaginar ambas, com base na visão geral de Machado sobre a guerra, como um criminoso e inútil desperdício de vidas e energia. Se esse deslocamento do mar Negro para a bacia do rio da Prata parece mais ousado que qualquer outra coisa exigida do leitor até agora (por ser mais completa e nitidamente alegórico), só uma argumentação minuciosa será suficiente para explicar e convencer. (GLEDSON, 1991, p. 122-123)

Para Gledson, se encaramos Bento como o Brasil, mais precisamente como o Império, torna-se fácil ver Manduca como o Paraguai. Em Manduca, a combinação de pobreza e instinto agressivo quadra bem com a personalidade do país sob Solano López. O autor cita uma passagem de Dom Casmurro que, segundo ele, apoiaria seu argumento:

Quanto ao Manduca, não creio que fosse pecado opinar contra a Rússia, mas, se era, ele estará purgando há quarenta anos a felicidade que alcançou em dois ou três meses - donde concluirá (já tarde) que era ainda melhor haver gemido somente, sem opinar coisa nenhuma. (ASSIS, 1994, p. 124)

A interpretação dada por Gledson a este parágrafo seria de que o Paraguai, nos trinta anos finais do século XIX, esteve espiando as consequências de um curto período de agressão, quando, sob Solano López, decidiu enfrentar pela força o Brasil e a Argentina. *Talvez, como diz Bento, tivesse sido melhor que, como país pobre e à mercê dos que dominavam sua saída para o mar através do rio da Prata, se limitasse a gemer sem expressar opinião nenhuma* (GLEDSON, 1991, p. 123).

Esta interpretação de Gledson parece-me discutível. Se concordássemos plenamente com ela, teríamos que considerar também que Machado teria sido a favor da Guerra, e a favor do desmanche do Paraguai. Não podemos esquecer que Dom Casmurro deve ser lido em suas duas historicidades: a da narrativa a partir de 1857 e a do autor, década de 1890. Acho mais plausível o que Gledson observa logo adiante: *Machado não podia ter sido muito explícito, fosse por sua índole, fosse pela situação política de fins do decênio de 1890* (GLEDSON, 1991, p. 127). Quanto ao final do capítulo XCI [...] *ele estará purgando há quarenta anos a felicidade que alcançou em dois ou três meses* (GLEDSON, 1991, p. 127), se a alegoria se refere a Guerra do Paraguai, faz mais sentido o afirmado por Bethell: *foi somente em meados da década de 1850 - depois que a Confederação da Argentina finalmente reconheceu o Paraguai (40 anos após sua separação da Espanha) e concedeu-lhe o direito de livre navegação pelo Rio Paraná* (BETHEL, 1995, p. 142).

No último parágrafo do capítulo XC, mais uma alegoria Turquia/Paraguai:

Não entraram, efetivamente, nem então, nem depois, nem até agora. Mas a predição será eterna? Não chegarão a entrar algum dia? Problema difícil. O próprio Manduca, para entrar na sepultura, gastou três anos de dissolução, tão certo é que a natureza, como a história, não se faz brincando. A vida dele resistiu como a Turquia; se afinal cedeu foi porque lhe faltou uma aliança como a anglo-francesa, não se podendo considerar tal o simples acordo da medicina e da farmácia. Morreu afinal, como os Estados morrem; no nosso caso particular, a questão é saber, não se a Turquia morrerá, porque a morte não poupa ninguém, mas se os russos

entrarão algum dia em Constantinopla; essa era a questão para o meu vizinho leproso, debaixo da triste, rota e infecta colcha de retalhos. (ASSIS, 1994, p. 124)

Na opinião de Gledson,

a linguagem é bem adequada ao extermínio sem piedade de uma grande parcela da nação paraguaia (“para entrar na sepultura, gastou três anos”), e até a distinção entre a Turquia e Manduca (“lhe faltou uma aliança como a anglo-francesa”) cabe bem ao caso paraguaio, pois este país lutou sem aliados contra a Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai). Como diz Bento, “a história...não se faz brincando” (GLEDSON, 1991, p. 124).

Conforme Enrique Amayo (1995),

a partir de uma ótica não eurocêntrica, se a *Pax Britannica*, para a Europa (e para os países centrais), significou “paz”, para a periferia ela foi habitualmente sinônimo de guerra. E guerra das mais sujas, abusivas e injustas, pois em quase todos os casos enfrentaram-se oponentes muito desiguais. (AMAYO, 1995, p. 157)

Certamente que se a opinião de Machado de Assis estivesse de acordo com a de Amayo, ela não seria bem-vinda, acredito, em qualquer época de nossa história, quanto mais em uma época em que os militares estavam em alta.

Amayo afirma que

a Guerra do Paraguai foi um tipo de agressão informal, onde a potência central não colaborou com qualquer tipo de tratado que a ligasse à agressão. As potências, especialmente a Grã-Bretanha, afirmam que não praticaram nenhuma agressão e oficialmente reconhecem sua neutralidade. Negam sua participação e, quando conseguem reconhecer que alguns de seus súditos ou algumas de suas empresas obtiveram benefícios nessas guerras, simultaneamente afirmam que seus governos nunca se beneficiaram e jamais abandonariam a neutralidade. Ou seja, não reconhecem ter tomado partido a favor de um dos contendores. (AMAYO, 1995, p. 160)

Os contendores sofrem os efeitos da guerra, no nosso caso específico, tanto o Paraguai quanto o Brasil sentiram os efeitos da longa guerra. Claro que o Paraguai sentiu mais, foi o perdedor, teve que se defrontar com a ruína. Os que venceram, entre eles o Brasil, tiveram um enriquecimento de curto prazo, têm que enfrentar a pobreza a médio prazo. A ruína do perdedor costuma enriquecer e aumentar a hegemonia dos países centrais. A Grã-Bretanha foi o país que mais lucrou com os conflitos (AMAYO, 1995).

Segundo Amayo, o Paraguai que não tinha solicitado empréstimos ao exterior, como consequência da Guerra teve que fazê-lo. Os países aliados, já endividados antes da Guerra, endividaram-se mais ainda durante e depois dela. Esta foi uma das formas, segundo o autor, como o capital, principalmente o britânico, participou da Guerra da Tríplice Aliança. Os

empréstimos estrangeiros mantiveram os exércitos aliados. Ao Paraguai, durante a Guerra, foi negado qualquer empréstimo.

Ainda conforme Amayo, os grandes beneficiados com a destruição do Paraguai foram os britânicos, o Paraguai teve que abrir-se ao livre comércio. Os britânicos finalmente entraram no Paraguai e, além disso, aumentaram o seu controle sobre os vitoriosos. Brasil e Argentina, além de conseguirem grande parte do território paraguaio, deixaram de temer o modelo econômico Paraguaio que antes da Guerra era não-escravocrata, isolado e poderoso. O Uruguai nada obteve.

André Amaral de Toral (1995) tem opinião semelhante a Amayo:

O prolongamento da guerra trouxe consequências conhecidas. Ao reatamento de relações da Inglaterra com o Brasil em 1865, seguiu-se o financiamento da guerra por créditos conseguidos na praça daquele país, o enriquecimento de fornecedores argentinos e a destruição do Paraguai e de significativa parte de sua população. Todas as questões fronteiriças pendentes foram resolvidas com a derrota das reivindicações paraguaias por direito de conquista, e o país destruído, o que também servia aos interesses *porteños*. (TORAL, 1995, p. 295)

Em um trecho do livro de John Gledson, este nomina Solano López como ditador (como é possível verificar no grifo abaixo), o que achei tendencioso.

Tais ideias não parecem conflitar com as opiniões liberais e democráticas que Machado sustentava à época. Certamente, em um ataque a Solano López, ele insiste em demonstrar que as pretensões do **ditador** paraguaio à democracia levam a uma paródia sinistra desta. Machado está cômico das grandes demonstrações populares em favor de López, mas encara-as como meras encenações. Se os paraguaios ou uruguaios são tão estúpidos para ser enganados por semelhantes caudilhos, como López ou Aguirre, eles merecem seu destino. (GLEDSON, 1991, p. 128, grifo meu)

Segundo Toral,

“no Brasil, um império que baseava sua economia na exploração da mão de obra escrava, a cidadania excluía boa parte de sua população. A situação no Paraguai também era, nesse sentido, excludente. Sua sociedade baseava-se em comunidades de *self-sustaining members* e latifúndios, muitos deles estatais, encimados por um governo fortemente autoritário, no qual o Estado retinha a propriedade da terra e participava do processo de produção, garantindo as condições do isolamento do país. A República paraguaia estava longe de ser uma República. O Congresso, convocado para aprovar Francisco Solano López como presidente, não se reunia há muitos anos; e durante a Guerra não se reuniu uma única vez. A vontade do presidente e de sua família impunham-se sobre o Judiciário e o Legislativo. Um sistema de delação, espionagem e repressão policial implacável desencorajava críticas e veleidades de participação nas decisões governamentais, até das elites *criollas*. (TORAL, 1995, p. 295)

Bethell afirma que:

a Grã-Bretanha era o agente externo dominante nas questões econômicas e, numa escala menor, nas questões políticas da América Latina. O século XIX foi, para a América Latina, o século inglês. A Inglaterra estava presente no momento da criação dos Estados independentes latino-americanos, os fundamentos da supremacia política, comercial e financeira inglesa tinham sido firmemente lançados por ocasião da formação desses Estados, durante a segunda e a terceira décadas do século XIX. A marinha inglesa governava os mares. A Inglaterra, a primeira nação industrial, a oficina do mundo, fornecia a maior parte dos bens manufaturados e de capital para a América Latina. Ao longo de todo o século XIX a Inglaterra era o principal parceiro comercial, o principal investidor e o principal detentor do débito público da América Latina. (BETHELL, 1995, p. 136)

Bethell fez uma verdadeira ode à Inglaterra. Esqueceu de nomear todas estas maravilhas da Inglaterra com a palavra certa: Imperialismo (exploração).

Segundo Bethell, a Inglaterra nunca se mostrou propensa a assumir as obrigações políticas e militares de um império na América Latina. A América Latina foi a única área do globo a permanecer em grande parte livre do Império Britânico no final do século. A interferência britânica foi sempre muito bem recebida pelas elites latino-americanas.

Depois de pregar ferrenhamente o desinteresse dos britânicos pelo Paraguai, Bethell se contradiz:

Particularmente, não só Thornton como também a maioria das autoridades britânicas apoiavam os Aliados. Eles viam de modo crítico o regime de López. Tinham um desdém (racista?) pelos paraguaios e, de um modo geral, culpavam o Paraguai pela Guerra. Para eles, bem como para os brasileiros e argentinos, a Guerra representava, em última análise, progresso e civilização contra retrocesso e barbárie. Obviamente os interesses britânicos eram maiores na Argentina e no Brasil do que no Paraguai. (BETHELL, 1995, p. 145)

Além de se contradizer, pois mostra o quanto a Inglaterra sabia da existência do Paraguai, mostra atitudes racistas, só falta dizer que os “brancos civilizados” levariam progresso ao povo primitivo. Isto só aconteceria se Argentina e Brasil fossem os mensageiros da Inglaterra, porque duvido que esta última os considerasse na época, e mesmo agora, brancos e civilizados. Um pouco de Darwinismo Social também, porque esquecendo que eram três contra um, com certeza desculpavam a derrota do Paraguai com o pensamento de que os mais fortes sobrevivem e os mais fracos não. A América Latina foi um excelente mercado para a remuneração do capital excedente na Inglaterra.

Cesar Augusto Barcellos Guazzelli (2009) nos traz um estudo novo, completamente diferente do que estamos acostumados a ler sobre a Guerra do Paraguai. O autor trabalha a hipótese de formação de uma identidade nacional a partir do enfrentamento de um inimigo externo:

Tem sido comum a generalização de que um dos fatores capazes de favorecer a formação de uma identidade nacional é a formulação de um inimigo externo: se uma identidade só se constrói a partir de uma alteridade – ou seja, quando “nós” adquire significado ao ser oposto a “outros” –, uma guerra externa facilitaria esta condição. (GUAZZELLI, 2009, p. 70)

Ainda, segundo Guazzelli,

o exame da Chamada Guerra da Tríplice Aliança – ou Guerra do Paraguai – não assegura essa hipótese; diversos conflitos internos dos países envolvidos, de alguma forma recrudesceram com a guerra no espaço platino, que teve diferentes implicações para os países envolvidos: a Argentina enfrentou graves problemas, nas províncias do litoral e nas do noroeste; o Brasil, uma vez mais arcava com os distúrbios dos rio-grandenses na fronteira; e no Uruguai acirraram-se as disputas entre *blancos* e *colorados*, retardando ainda mais sua organização institucional. (GUAZZELLI, 2009, p. 70)

O autor segue,

o objetivo do texto é destacar as principais incidências nas “regiões-províncias” diretamente envolvidas na Guerra da Tríplice Aliança, e os principais efeitos que ela trouxe para as mesmas. Os problemas apresentados pela Confederação Argentina, nas províncias do litoral e do noroeste, que comprometeram a pretensão do presidente Mitre em terminar seu mandato como uma nação consolidada. No Uruguai o colorado Flores, que se impôs militarmente aos blancos com o apoio aberto da Confederação e do Império, tornou-se um refém dos seus poderosos aliados. Quanto ao Brasil, serão examinadas as questões relativas ao Rio Grande do Sul, aquela província mais diretamente envolvida pela Guerra do Paraguai. (GUAZZELLI, 2009, p. 71)

Por fim, ressalto o questionamento do autor:

Afinal, a Guerra do Paraguai favoreceu a consolidação dos Estados nacionais na América do Sul? A existência de um inimigo externo motivou a coesão interna dos países envolvidos no conflito? Os aspectos da política platina aqui levantados apontam para uma resposta negativa: a guerra prolongou as disputas internas e externas das regiões-províncias trazendo mais dificuldades na formação dos Estados-nações. As disputas entre unitários e federais na Confederação Argentina, seriam reabertas no início da Guerra do Paraguai, com rebeliões brotando por todo o país. Urquiza foi assassinado pelos seus próprios lugares-tenentes. A Argentina abandonou a Guerra do Paraguai para resolver a questão interna. No Uruguai os líderes Flores e Berro foram assassinados quase que simultaneamente. Ao invés de estabilidade política, o Uruguai mergulhou numa situação crônica de guerra civil, interrompidas pela ditadura militar de Latorre, e o caudilhismo persistiu até a virada do século. O Rio Grande do Sul continuou a ser um fator de

instabilidade para o Império. As ações bélicas dos rio-grandenses no Uruguai provocaram intervenções não desejadas do Império, que acabariam redundando na Guerra do Paraguai. (GUAZZELLI, 2009, p. 85)

Além de uma visão contemporânea sobre a Guerra do Paraguai, Guazzelli nos mostra que não se sustenta a hipótese de que a formulação de um inimigo externo ajudaria a formação de uma identidade nacional. Os países envolvidos na Guerra da Tríplice Aliança, Argentina, Brasil e Uruguai, continuaram a ter problemas devido aos antagonismos existentes entre as Oligarquias dominantes dentro de cada um deles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar com Dom Casmurro, além do tema Capitu traiu ou não traiu, transformou-se em uma ótima aula de história do século XIX.

Há algumas afirmações que correndo o risco de parecer petulante, acredito que podem ser contrariadas. Antônio Cândido diz que os críticos têm uma tendência a problematizar a vida dos grandes gênios, porém, ousando discordar do mesmo, com certeza ainda hoje é difícil ter cor escura, origem humilde, doença nervosa, imagina no século XIX. Ter todos estes “problemas” num século onde manifestar preconceito não era criminalizado, não existiam cotas ou qualquer tipo de facilitação de ascensão social para negros e mestiços. Epilepsia é uma praga que ninguém quer ter e, quem a tem, constantemente se expõe a situações no mínimo constrangedoras, às vezes fatais. Assim, Cândido minimiza os problemas vividos por Machado de Assis. Enfrentar estes problemas e triunfar mostra o quanto Machado é grande. Se teve amizades fora de seu círculo social, isto deve-se, certamente, a seu intelecto privilegiado, mas não ao fato de que sua cor, origem humilde, gagueira, epilepsia passassem em “branco”. Com certeza ele se fazia maior do que seus problemas. Problemas que ele não escolheu ter, que estavam fora de sua alçada eliminá-los. Ninguém deixa de ser negro, mulato ou mestiço, doente, ter um passado humilde, como se deixa de fumar, por exemplo. Não é uma questão de força de vontade.

Os escravos ao ganho, além de nos mostrar uma outra forma de exploração do ser humano, lado negativo, por outro lado, nos mostra o lado positivo. Soares e Xavier nos dão exemplos de que esses homens, tratados como burros de carga, animais, incapazes de se autogerir, podiam agir com autonomia e aptidão na condução de seus negócios, caso dos escravos Henrique e Ludgero. Também vimos pelos escritos de Spix e Martius toda a aversão dos europeus brancos, civilizados, pela turba de negros, seres inferiores da periferia.

A homeopatia no tratamento médico dos escravos mais como uma forma de aumentar a vida útil dos escravos, da peça, de cuidar dos interesses do proprietário do que por caridade ou humanidade. Além disso, era um tratamento mais barato.

A Guerra do Paraguai vista como uma covardia, mesmo que isso seja dito de forma velada, uma vez que este lutou sozinho. Machado falou da guerra através de uma alegoria, a Guerra da Crimeia. Outros autores citados no trabalho: Amayo, Toral, Bethell, se colocaram a

favor ou contra os interesses da Inglaterra na Guerra do Paraguai. Guazzelli foi o único autor que abordou um tema diferente, a luta como contribuição na formação dos Estados Nacionais.

A Lei do Ventre Livre como uma traição dos dependente e subordinados com a classe senhorial. A Lei do Ventre Livre seria sobre todos os aspectos uma traição para com a classe senhorial, o início da interferência do Estado na propriedade privada.

Quando fala dos agregados e subalternos, Machado da voz aqueles que não a tem. Os agregados, subalternos e dependentes tem sua própria forma de resistência. Uma dessas maneiras é fazer o senhor acreditar que uma ação que esteja permitindo, concordando, é vontade dele, do senhor, e não do inferior.

REFERÊNCIAS

- ALGRANTI, Leila Mezan. **O Feitor Ausente - Estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro - 1808 - 1822**. Petrópolis: Editora Vozes, 1988.
- AMAYO, Enrique. **A Guerra do Paraguai em Perspectiva Histórica**. In: Revista de Estudos Avançados. São Paulo: USP. nº 24. mai. – ago, 1995.
- ASSIS, Machado de. **Dom Casmurro**. São Paulo: Editora Ática S.A, 1994.
- BETHELL, Leslie. **O Imperialismo Britânico e a Guerra do Paraguai**. In: MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães; BETHELL, Leslie (Orgs.). **A Guerra do Paraguai: 130 anos depois**. Rio de Janeiro: Editora Relume-Dumará, 1995.
- CANDIDO, Antônio. **Esquema Machado de Assis**. In: **Vários Escritos**. 3ª ed. rev. e amp. - São Paulo: Duas Cidades, 1995.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem - teatro de sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis Historiador**. São Paulo: Schwarcz, 2007.
- GLEDSON, John. **Machado de Assis: Impostura e Realismo**. São Paulo: Editora Schwarcz, 1991.
- GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. **Regiões–províncias na Guerra da Tríplice Aliança**. In: Topoi, v.10, n. 19, jul.– dez, 2009. p. 70-89.
- GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. **Rio da Prata, século XIX: Fronteiras Espaciais, textuais e ficcionais**. In: Diálogos (Maringá. Online), v. 18, n.1, jan. – abr, 2014. p. 173-206.
- LAJOLO, Marisa. **Literatura Comentada – Machado de Assis**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1990.
- LIBBY, Douglas Cole. **Trabalho Escravo e Capital Estrangeiro no Brasil - O Caso de Morro Velho**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1984.
- PIMENTA, Tânia Salgado; GOMES, Flávio; KODAMA, Kaori. **Das enfermidades cativas: para uma história da saúde e das doenças do Brasil escravista**. In: TEIXEIRA, Luiz

Antonio; PIMENTA, Tânia Salgado; HOCHMAN, Gilberto (Orgs.). História da Saúde no Brasil. São Paulo: Editora Hucitec, 2018.

PORTO, Ângela de Araújo. **A Assistência médica aos escravos no Rio de Janeiro: o tratamento homeopático**. In: Revista de Homeopatia. v. 54. nº 3. Jul-Ago-Set, 1989.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. **Negro na Rua - A nova face da escravidão**. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.

SOARES, Luiz Carlos. **Os Escravos de Ganho no Rio de Janeiro do Século XIX**. Revista Brasileira de História. São Paulo, Volume 8, nº 16. Mar-Ago, 1988. p. 107-142.

SPIX, J.B. Von; MARTIUS, C.F.P. Von. Viagem pelo Brasil. Vol. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1960.

TORAL, André do Amaral. **A Participação dos Escravos na Guerra do Paraguai**. In: Revista de Estudos Avançados. São Paulo: USP. Nº 24. Mai-Ago, 1995.

VARGAS LLOSA, Mario. **La verdad de las mentiras**. Madrid: Alfaguara, 2002.

XAVIER, Regina Célia Lima. **A Conquista da Liberdade - Libertos em Campinas na Segunda Metade do Século XIX**. Campinas: Centro de Memória - UNICAMP, 1996.